



Simulado Especial

TJ SC

Analista Administrativo

Pós-Edital

Simulado

Simulado Especial TJ-SC (Analista Administrativo)

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso para **Analista Administrativo do TJ-SC**;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - Os participantes têm das **8:00h às 13:30h** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/N5UwcozJhWPMQyCy8>

- | | | | | |
|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|
| 01 - (A)(B)(C)(D)(E) | 17 - (A)(B)(C)(D)(E) | 33 - (A)(B)(C)(D)(E) | 49 - (A)(B)(C)(D)(E) | 65 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 02 - (A)(B)(C)(D)(E) | 18 - (A)(B)(C)(D)(E) | 34 - (A)(B)(C)(D)(E) | 50 - (A)(B)(C)(D)(E) | 66 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 03 - (A)(B)(C)(D)(E) | 19 - (A)(B)(C)(D)(E) | 35 - (A)(B)(C)(D)(E) | 51 - (A)(B)(C)(D)(E) | 67 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 04 - (A)(B)(C)(D)(E) | 20 - (A)(B)(C)(D)(E) | 36 - (A)(B)(C)(D)(E) | 52 - (A)(B)(C)(D)(E) | 68 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 05 - (A)(B)(C)(D)(E) | 21 - (A)(B)(C)(D)(E) | 37 - (A)(B)(C)(D)(E) | 53 - (A)(B)(C)(D)(E) | 69 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 06 - (A)(B)(C)(D)(E) | 22 - (A)(B)(C)(D)(E) | 38 - (A)(B)(C)(D)(E) | 54 - (A)(B)(C)(D)(E) | 70 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 07 - (A)(B)(C)(D)(E) | 23 - (A)(B)(C)(D)(E) | 39 - (A)(B)(C)(D)(E) | 55 - (A)(B)(C)(D)(E) | 71 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 08 - (A)(B)(C)(D)(E) | 24 - (A)(B)(C)(D)(E) | 40 - (A)(B)(C)(D)(E) | 56 - (A)(B)(C)(D)(E) | 72 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 09 - (A)(B)(C)(D)(E) | 25 - (A)(B)(C)(D)(E) | 41 - (A)(B)(C)(D)(E) | 57 - (A)(B)(C)(D)(E) | 73 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 10 - (A)(B)(C)(D)(E) | 26 - (A)(B)(C)(D)(E) | 42 - (A)(B)(C)(D)(E) | 58 - (A)(B)(C)(D)(E) | 74 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 11 - (A)(B)(C)(D)(E) | 27 - (A)(B)(C)(D)(E) | 43 - (A)(B)(C)(D)(E) | 59 - (A)(B)(C)(D)(E) | 75 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 12 - (A)(B)(C)(D)(E) | 28 - (A)(B)(C)(D)(E) | 44 - (A)(B)(C)(D)(E) | 60 - (A)(B)(C)(D)(E) | 76 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 13 - (A)(B)(C)(D)(E) | 29 - (A)(B)(C)(D)(E) | 45 - (A)(B)(C)(D)(E) | 61 - (A)(B)(C)(D)(E) | 77 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 14 - (A)(B)(C)(D)(E) | 30 - (A)(B)(C)(D)(E) | 46 - (A)(B)(C)(D)(E) | 62 - (A)(B)(C)(D)(E) | 78 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 15 - (A)(B)(C)(D)(E) | 31 - (A)(B)(C)(D)(E) | 47 - (A)(B)(C)(D)(E) | 63 - (A)(B)(C)(D)(E) | 79 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 16 - (A)(B)(C)(D)(E) | 32 - (A)(B)(C)(D)(E) | 48 - (A)(B)(C)(D)(E) | 64 - (A)(B)(C)(D)(E) | 80 - (A)(B)(C)(D)(E) |

SIMULADO NO SISTEMA DE QUESTÕES

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para fazer este simulado também no SQ!

<http://estrategi.ac/3utv5o>

CONHECIMENTOS BÁSICOS**LÍNGUA PORTUGUESA***Adriana Figueiredo*

01. Assinale a opção em que a inferência é adequada.

- a) O time esportivo vai contratar um técnico internacional / O time vai demitir alguns jogadores.
- b) O precário equilíbrio na região rompeu-se de vez com o agravamento da guerra civil no país / Já havia uma guerra civil no país.
- c) O autor já escreveu romances, contos e obras de não ficção / O autor valoriza mais as obras de não ficção.
- d) A repressão não é a melhor forma de diminuir o problema das drogas / A polícia deveria ter a responsabilidade maior no combate às drogas.
- e) Mais da metade da população atual não era nascida quando o último general-presidente deixou o Palácio do Planalto / o último general-presidente foi retirado do cargo.

02. Assinale a opção na qual a frase “Depois da tempestade, vem a bonança” tem seu sentido adequadamente expresso.

- a) A palavra é prata; o silêncio é ouro.
- b) Chega-te aos bons e serás um deles.
- c) Uma longa viagem começa por um passo.
- d) Nem tudo que reluz é ouro.
- e) Não há mal que sempre dure nem bem que nunca se acabe.

Leia o texto para responder à questão 03.

O controle da publicidade dirigida à criança vincula-se à questão da liberdade de comércio e não à liberdade de expressão. Essa distinção é essencial, pois retira a base jurídica dos que, interessados prioritariamente no comércio, tentam sustentar a alegação de inconstitucionalidade das normas legais que fixam diretrizes para a publicidade dirigida à criança. Essa diferenciação entre o direito à liberdade da publicidade com o objetivo de promoção de vendas foi ressaltada com sólido embasamento jurídico pela Corte Constitucional da Colômbia. A questão que suscitou o pronunciamento era a publicidade do tabaco e, tomando por base justamente a diferença entre o direito à publicidade comercial e o direito de livre expressão, que é atributo da pessoa humana universalmente consagrado, a Corte rejeitou a alegação de inconstitucionalidade das limitações jurídicas à publicidade comercial.

03. Para defender sua tese, o autor apelou para:

- a) raciocínio por analogia.
- b) relação causa/consequência.
- c) citação de exemplo.
- d) evidências estatísticas.
- e) o bom-senso.

04. Assinale a frase abaixo que não mostra uma contradição lógica.

- a) Adoro surpresas, contanto que eu esteja preparado para elas.
- b) Quanto mais fecho os olhos mais te vejo.
- c) Muitas pessoas revelam uma posição inteiramente hostil aos princípios da civilização.
- d) Eu deveria voltar a estudar, mas ando ocupado demais matando o tempo que juro não ter.
- e) A concepção objetiva de tempo é também uma abstração.

Leia o texto para responder à questão 05.

Para despistar, os cangaceiros imitavam ruídos e pegadas de bichos e usavam falsas solas com o calcanhar no bico. Mas um bom rastreador reconhece os rumos do passo humano. Então, os rastreadores chegam ao esconderijo do chefe Lampião. Os soldados se aproximam tanto, que escutam Lampião discutindo com sua mulher. Maria Bonita o amaldiçoa, e ele responde tristemente lá do fundo. Os soldados armam as metralhadoras e esperam a ordem de disparar.

GALENO, Eduardo, O século do vento. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 1988.
(ADAPTADO)

05. O trecho que inicia propriamente a narração é:

- a) “os cangaceiros imitavam ruídos e pegadas de bichos”
- b) “um bom rastreador reconhece os rumos do passo humano”
- c) “os rastreadores chegam ao esconderijo do chefe Lampião.”
- d) “Os soldados se aproximam tanto, que escutam Lampião discutindo com sua mulher.”
- e) “Maria Bonita o amaldiçoa”

06. Assinale a opção que não apresenta uma opinião.

- a) Para fazer um bom cozido, é necessário escolher carnes de excelente qualidade.
- b) A expressão da mulher na pintura é enigmática ou ambígua.
- c) Há muita gente atrapalhando a vida do governador, inclusive o próprio governador.
- d) O conflito de gerações é a consequência de uma dificuldade de comunicação.
- e) Os jovens costumam repetir o que dizem os pais e os professores.

07. Assinale a frase abaixo que não exemplifica uma interrogação indireta.

- a) Queria saber quem escreveu o livro.
- b) Desconheço onde ela trabalha.
- c) Eles nunca mostram quanto custa o tratamento.
- d) Eu vi quando eles partiram.
- e) Não sei por que venta tanto.

Leia a frase a seguir para responder à questão 08.

“Permitir que as crianças se frustrem algumas vezes contribui para que elas sejam adultos mais compreensivos”

08. Outro modo de reescrever essa frase, com o deslocamento de seus termos, que mantém o seu sentido original, é:

- a) Permitir que as crianças algumas vezes se frustrem contribui para que elas sejam adultos mais compreensivos.
- b) Permitir que as crianças se frustrem contribui algumas vezes para que elas sejam adultos mais compreensivos.
- c) Permitir que as crianças se frustrem contribui para que elas algumas vezes sejam adultos mais compreensivos.
- d) Permitir que as crianças se frustrem contribui para que elas sejam algumas vezes adultos mais compreensivos.
- e) Permitir que as crianças se frustrem contribui para que elas sejam adultos algumas vezes mais compreensivos.

09. Assinale a frase que se enquadra entre os textos injuntivos.

- a) O crescente número de veículos individuais promove o inchaço do trânsito.
- b) Analisar-se é aprender a narrar a si mesmo.
- c) Para manipular através da mídia, utilize o aspecto emocional muito mais do que a reflexão.
- d) O professor precisa adaptar seu processo de ensino ao de aprendizagem do aluno.
- e) A arquitetura brasileira sempre conservou a boa tradição da arquitetura portuguesa.

10. A opção abaixo em que o emprego da vírgula é devido à elipse do verbo, é:

- a) Ele é bonito, inteligente e atencioso.
- b) Aprenda na vida a arte, na arte, a vida.
- c) O trabalho, no decorrer da história, foi ocupando a maior parte do tempo do homem.
- d) A lama, ao secar, parece cimento.
- e) Parece que só os mortos têm direito à sombra, os vivos penam sob o sol.

11. Assinale a opção em que a conjunção E mostra valor diferente das demais.

- a) A casa era antiga e muito conservada.
- b) O caminho da vida pode ser o da liberdade e da beleza.
- c) O pão do exílio é amargo e duro.
- d) A mãe beijava o machucado dos filhos e a dor sumia.
- e) Ela foi ao cinema e ao teatro.

12. A frase abaixo que está na ordem direta, é:

- a) Hoje em dia, perder um laptop ou celular pode se transformar em prejuízo irremediável
- b) O Criciúma, time de Santa Catarina, joga amanhã.
- c) Estranhas coincidências o acaso nos manda numa noite de chuva.
- d) Em uma confeitaria, certa vez, contava a meu amigo minha história de amor.
- e) Chegaram as encomendas mais cedo.

13. *Não vou ficar aqui e cuidar de ovelhas até morrer, como fez meu pai – disse o menino.*

Essa frase encontra-se em discurso direto; se ela for colocada em discurso indireto, a forma adequada seria

- a) O menino disse que não ia ficar lá e cuidar de ovelhas até morrer, como fizera seu pai.
- b) O menino dizia que não ficaria lá e cuidar de ovelhas até morrer, como fizera o pai.
- c) O menino disse que não ficaria aqui e cuidaria de ovelhas até morrer, como fez seu pai.
- d) O menino disse que não ia ficar lá e cuidar de ovelhas até morrer, como fez seu pai.
- e) O menino dissera que não ia ficar lá e cuidar de ovelhas até morrer, como fizera seu pai.

Leia o texto para responder à questão 14.

Eu queria que tudo fosse verdade, que a vida fosse assim dividida em quatro estágios que mais parecem estações do ano, mas que não acabasse, que depois do inverno viesse outra primavera, e outro verão, e outro outono, que nunca são iguais, mas sempre se repetem, sempre voltam, são tão certos quanto o sol e a lua, todo dia, toda noite.

Eu queria.

Martha Medeiros

14. A função de linguagem predominante no texto é:

- a) Emotiva.
- b) Apelativa.
- c) Poética.
- d) Referencial.
- e) Metalinguística.

15. Assinale a frase em que ocorre paralelismo sintático.

- a) É barato construir castelos no ar e bem cara a sua destruição.
- b) Sucesso é conseguir o que você quer e felicidade é gostar do que você conseguiu.
- c) Temos medo de sair às ruas, medo dos passeios à noite.
- d) Viu pela varanda a menina correndo e pessoas em fuga.
- e) É dever familiar, da sociedade em geral e do poder público proteger a criança.

16. Assinale a frase em que a classe gramatical da palavra “mais” está corretamente indicada.

- a) As minorias costumam ser punidas com mais rigor. / Advérbio
- b) O time trabalhou mais e conseguiu vencer a Copinha. / Pronome indefinido
- c) Não aceito mais os seus falsos motivos. / Pronome indefinido
- d) Medidas simples garantem mais segurança no trânsito. / Pronome indefinido
- e) O Dicionário é o mais democrático dos livros. / Conjunção

17. Assinale a frase que está integralmente expressa com palavras em sentido lógico (não figurado).

- a) Da janela do trem o homem avista a cidadezinha que o viu nascer.
- b) A vida nos dá os netos para nos compensar de todas as mutilações trazidas pela velhice.
- c) A convulsão social provocou a escalada da violência.
- d) Às três da manhã, foram acordados pelos gritos de terror na rua de baixo.
- e) O estrangeiro tropeça com frequência na incompreensão das sociedades por onde passa.

18. Nas frases abaixo, buscou-se evitar a repetição de palavras idênticas; a frase em que a estratégia empregada para isso foi a de utilização de hiperônimos (vocábulos de conteúdo semântico geral) é:

- a) Hoje em dia, há tantos conselhos sobre nutrição na internet que fica difícil ignorá-los.
- b) A amoreira gigante está à sua frente. A folhagem da árvore mistura-se à mata.
- c) Fatos são o ar da ciência. Sem eles o cientista nunca poderia voar.
- d) O aplicativo motiva os clientes a serem sustentáveis e mostra as vantagens de adotar essa postura.
- e) Metade das crianças não sabe ler nem escrever. Não sabe ler horas e minutos num relógio.

19. Assinale a frase a seguir que está isenta de ambiguidade.

- a) No caminho vi mansões e pessoas de alto padrão.
- b) Os jornais noticiaram que o policial deteve o suspeito em sua casa.
- c) O órgão cobra por um serviço que não presta.
- d) Eu sempre fui o elo de ligação entre meus familiares.
- e) Quebraram a mesa da sala em que eu costumava estudar.

20. Assinale a frase em que os termos destacados desempenham a mesma função sintática.

- a) Muitas regiões já estão sofrendo com a escassez de água.
- b) A falta de água levará a instabilidades em muitos lugares.
- c) Escolheu esse país porque tem bom gerenciamento de água.
- d) Os lugares áridos precisam usar técnicas avançadas.
- e) Foi ao estado de São Paulo, no qual está a maior cidade da América do Sul.

21. Assinale a opção que mostra duas palavras que recebem acento gráfico pelo mesmo motivo.

- a) fácil / bélicos.
- b) números / cajá.
- c) mágoa / glória.
- d) além / lírico.
- e) café / é.

22. Assinale a frase em que a utilização do acento grave indicativo da crase é realizada de forma errada.

- a) No passeio, andamos à cavalo.
- b) Ele não respondeu àqueles apelos feitos pelo grupo.
- c) As amigas foram à confraternização de final de ano da empresa.
- d) Muitos indivíduos são propensos a associar, inadvertidamente, tristeza à depressão.
- e) Não se deve receitar remédios às pessoas antes da realização de exames.

Leia o texto para responder à questão 23.

O que existe é uma distinção entre as várias formas de conhecimento, distinção baseada no método pertinente a cada uma delas. A confusão começa quando uma tenta entrar no território da outra, e os métodos passam a ser usados fora de seus contextos.

Portanto, é (ou deveria ser) inútil criticar a astrologia por ela não ser ciência, pois ela não é. Ela é uma outra forma de conhecimento. A astrologia lida com questões de relevância imediata na vida de cada um, tendo um papel emocional que a astronomia jamais poderia (ou deveria) suprir.

A astrologia está conosco há 4.000 anos e não irá embora. E nem acho que deveria. Ela faz parte da história das ideias, foi fundamental no desenvolvimento da astronomia e é testemunha da necessidade coletiva de conhecer melhor a nós mesmos e os que nos cercam.

(GLEISER, Marcelo. Folha de São Paulo, 22 set. 2002 - ADAPTADO)

23. Sobre esse pequeno texto argumentativo, assinale a afirmativa correta.

- a) O início do texto alude a uma hierarquia entre as várias formas de conhecimento.
- b) O último argumento do texto pode ser classificado como um testemunho de autoridade.
- c) O texto defende a tese de que a astrologia não é uma ciência, mas uma forma diversa de conhecimento.
- d) A visão do autor do texto é bastante otimista a respeito das futuras descobertas da astronomia.
- e) Para o autor, a distinção entre as diversas formas de conhecimento está fundada no método, que torna impossível o erro em ciência.

24. Assinale a frase em que a oração reduzida sublinhada foi nominalizada de forma inadequada.

- a) Na riqueza é impossível entender a fome / o entendimento da fome.
- b) A constância é a chave para alcançar o sucesso / para alcançar o sucesso.
- c) O protesto é uma forma de discordar / de discernimento.
- d) Felicidade é brincar com a vovó. / brinquedo com a vovó.
- e) Abençoado aquele que faz os companheiros sorrirem. / a risada de seus companheiros.

DIREITO ADMINISTRATIVO*Herbert Almeida*

25. Durante a cobertura jornalística de uma manifestação popular, um repórter de uma emissora de televisão foi atingido por um artefato explosivo lançado por policiais, sofrendo ferimentos graves. Posteriormente, ficou comprovado que as forças de segurança responsáveis pela ordem durante o evento não avisaram de forma ostensiva sobre os riscos no local, havendo briga entre policiais e manifestantes. Com base nesse caso e na jurisprudência relacionada à responsabilidade civil do Estado, assinale a alternativa correta:

- a) o Estado não pode ser responsabilizado pelos danos sofridos pelo repórter, uma vez que ele estava exercendo sua profissão em um ambiente de risco conhecido e assumido.
- b) o Estado pode ser responsabilizado pelos danos sofridos pelo repórter, desde que seja comprovada sua omissão no evento que resultou nos ferimentos, sendo a responsabilidade subjetiva.
- c) É objetiva a responsabilidade civil do estado em relação ao profissional de imprensa ferido por agentes policiais durante a cobertura jornalística em manifestações em que haja tumulto ou conflito entre policiais e manifestantes.
- d) o Estado poderia ser responsabilizado pelos danos sofridos pelo repórter, ainda que ficasse comprovado que foram realizados avisos ostensivos e claros por parte das forças de segurança e que os profissionais de imprensa violaram as áreas de risco demarcadas.
- e) o Estado não pode ser responsabilizado pelos danos sofridos pelo repórter, pois não houve conduta estatal ilícita, mas estrito cumprimento da atividade policial.

26. Considere que o governador do Estado Alfa, visando a beneficiar um membro de sua família, facilita a locação de imóvel por preço superior ao de mercado. Como resultado, o erário estadual sofreu prejuízo significativo devido ao valor da locação. Não houve comprovação de que o governador percebeu vantagem patrimonial para adotar a conduta.

Com base nesse caso hipotético, assinale a alternativa que indica corretamente as sanções aplicáveis ao governador, nos termos da Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992, atualizada pela Lei nº 14.230/2021):

- a) multa civil, perda da função pública, suspensão dos direitos políticos por até 8 anos e proibição de contratar com o Poder Público ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios por prazo não superior a 14 anos.
- b) perda da função pública, perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio, multa civil de até 24 vezes o valor do dano e suspensão dos direitos políticos por até oito anos.
- c) perda da função pública por cinco anos, multa civil equivalente ao valor do dano, suspensão dos direitos políticos e proibição de contratar com o Poder Público ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, ambos pelo prazo de até 14 anos.
- d) perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio, multa civil de até 24 vezes o valor da remuneração do agente, suspensão dos direitos políticos por até 12 anos e proibição de contratar com o Poder Público ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios por até 12 anos.
- e) multa civil equivalente ao valor do dano, perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio, perda da função pública e suspensão dos direitos políticos por até 12 anos e proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios por prazo não superior a 12 anos.

27. José tomou conhecimento da publicação de edital de chamamento público, em que a Administração convocava profissionais interessados em prestar determinado serviço para a população. Pelo que constava do edital, o processo permitiria que tais profissionais se habilitassem junto ao órgão ou entidade responsável, seguindo critérios específicos estabelecidos no edital, viabilizando a sua futura contratação direta quando necessário. Nas futuras contratações, a seleção dos profissionais ficaria a critério de terceiros, ou seja, a seleção do contratado ficaria a cargo do beneficiário direto da prestação.

Com base na Lei nº 14.133/2021, o edital em questão trata de:

- a) pré-qualificação, que é hipótese de licitação dispensável.
- b) credenciamento, que é hipótese de inexigibilidade de licitação.
- c) formação de catálogo eletrônico de padronização de serviços, por inexigibilidade de licitação.
- d) pré-qualificação, que é hipótese de licitação inexigível.
- e) credenciamento, que é hipótese de licitação dispensável.

28. O Estado Gama celebrou contrato administrativo com a empresa Delta, mas, em virtude de dificuldades financeiras, o ente estatal está com atraso superior a dois meses das parcelas de pagamentos devidos à contratada.

Tendo em vista essa situação hipotética, assinale a opção correta, nos termos da Lei nº 14.133/2021:

- a) a empresa terá direito à extinção do contrato, desde que o atraso tenha ocorrido nos dois meses iniciais após sua assinatura.
- b) a empresa terá direito à extinção do contrato imediatamente, em qualquer caso, por expressa autorização constante na Lei de Licitações.
- c) a empresa não terá direito à suspensão da execução do contrato, em respeito ao princípio da continuidade.
- d) a empresa poderá rescindir o contrato, desde que o Tribunal de Contas expressamente autorize a rescisão.
- e) em regra, a empresa terá direito subjetivo à extinção do contrato, em razão do prazo do atraso, mas também poderá optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até a normalização da situação.

DIREITO CONSTITUCIONAL*Nelma Fontana*

29. João, brasileiro nato, mora na Espanha há 15 anos. Tendo constituído família na Espanha, não pretende retornar ao Brasil, razão pela qual, por sua livre e espontânea vontade, adquiriu a nacionalidade espanhola. José, brasileiro naturalizado, atentou com o Estado Democrático e a ordem constitucional, motivo pelo qual o Ministério Público Federal requereu o cancelamento de sua naturalização.

Acerca dos casos narrados, conforme o disposto no texto da Constituição Federal, aponte a única alternativa correta.

- a) João perdeu a nacionalidade brasileira, porque fez opção pela nacionalidade espanhola.
- b) José, pelo motivo narrado, não pode sofrer o cancelamento de sua naturalização, uma vez que o Estado não pode punir o nacional com a perda de nacionalidade.
- c) No caso de João, a declaração de perda de nacionalidade somente poderá ocorrer se ele fizer pedido expresso à autoridade brasileira competente.
- d) O cancelamento da naturalização de José poderá ser feito, em decorrência de ter praticado ato atentatório ao Estado Democrático e à ordem constitucional, por decreto do Presidente da República.
- e) A Constituição Federal não admite hipóteses de declaração de perda da nacionalidade, ainda que haja pedido expresso.

30. O Estado Beta editou lei que permitia a transformação de juizados e varas judiciárias, bem como a definição de suas competências, por meio de simples resolução administrativa do Órgão Especial do Tribunal de Justiça. A referida lei foi contestada perante o STF.

Acerca do tema apresentado e da jurisprudência do STF, assinale a alternativa correta:

- a) É constitucional, por não violar o princípio da legalidade, lei estadual que prevê que o Órgão Especial do Tribunal de Justiça pode transformar, instalar juizado em substituição a adjunto e fixar a competência dos juizados especiais.
- b) É inconstitucional, por violar o princípio da legalidade, lei estadual que prevê que o Órgão Especial do Tribunal de Justiça pode transformar, instalar juizado em substituição a adjunto e fixar a competência dos juizados especiais.
- c) É constitucional, por não violar o princípio da legalidade, lei estadual que prevê que o Órgão Especial do Tribunal de Justiça pode transformar, instalar juizado em substituição a adjunto e fixar a competência dos juizados especiais, desde que remetida a decisão para apreciação pelo CNJ.
- d) É inconstitucional, por usurpação de competência da União, lei estadual que prevê que o Órgão Especial do Tribunal de Justiça pode transformar, instalar juizado em substituição a adjunto e fixar a competência dos juizados especiais.
- e) É inconstitucional lei estadual que prevê que o Órgão Especial do Tribunal de Justiça pode transformar, instalar juizado em substituição a adjunto e fixar a competência dos juizados especiais, tendo em vista que tal matéria é prevista na Lei nº 9.099/95.

31. O Deputado Estadual Guilherme propôs o PL 11/2023 que previa a reserva de vagas no mesmo estabelecimento de ensino para irmãos que frequentem a mesma etapa ou ciclo escolar. O referido projeto foi aprovado e promulgado pelo Governador de Estado e convertido na Lei nº 2.901/2023. A Lei em questão foi contestada perante o Supremo por meio de ADI.

Com base na jurisprudência do STF, a referida lei deve ser declarada:

- a) Constitucional, material e formalmente.
- b) Constitucional, materialmente, mas inconstitucional, formalmente, por vício de iniciativa.
- c) Inconstitucional, materialmente, por afrontar a Constituição, mas constitucional formalmente.
- d) Constitucional, materialmente, mas inconstitucional, formalmente, por usurpar competência da União.
- e) Inconstitucional, formal e materialmente.

32. Após um processo revolucionário que desencadeou um golpe de Estado, o grupo vencedor impôs novo regramento de organização do Estado Alfa, a partir da produção de um documento solene, sem a consulta popular. Conforme redação dessa Carta, parte de seus dispositivos, para serem alterados, dependeriam de processo legislativo bem mais rigoroso do que o utilizado para a atualização de leis comuns. Outra parte, entretanto, poderia ser alterada da mesma maneira das leis. Considerando as informações fornecidas, é correto afirmar que essa Constituição deve ser classificada como:

- a) outorgada e semirrígida.
- b) promulgada e rígida.
- c) cesarista e semirrígida.
- d) cesarista e flexível.
- e) bonapartista e flexível.

DIREITO PENAL

Priscila Silveira

33. No que se refere aos crimes contra a fé pública, assinale a alternativa correta:

- a) a conduta de possuir ou guardar objeto especialmente destinado à falsificação de selo destinado a controle tributário não constitui crime contra a fé pública, pois não é fato punível.
- b) comete o crime de falsificação de documento particular o agente que falsifica ações de sociedade comercial.
- c) comete o crime de falsificação de documento público o agente que altera certidão emanada de entidade paraestatal.
- d) o uso de documento falso, artigo 304 do Código Penal, é absorvido pelo estelionato quando o agente é funcionário público.
- e) na falsificação de documento público, a condição de funcionário público é causa de aumento de pena, ainda que não prevaleça do cargo.

34. Com base na legislação brasileira, dentre os crimes relacionados abaixo, qual possui a modalidade qualificada:

- a) Exercício funcional ilegalmente antecipado ou prolongado.
- b) Corrupção passiva.
- c) Prevaricação.
- d) Emprego irregular de verbas ou rendas públicas.
- e) Violação de sigilo funcional.

LEGISLAÇÃO INTERNA*Tiago Zanolla*

35. Carlos é um servidor público que trabalha na fiscalização de contratos no departamento de obras do estado. Recentemente, foi envolvido em uma auditoria que identificou algumas irregularidades nos materiais usados em uma construção, o que levou a um debate acalorado sobre responsabilidades no trabalho.

Durante uma auditoria, Carlos foi questionado sobre danos a materiais de construção sob sua fiscalização. Conforme o Estatuto dos Servidores, em que situação ele pode ser responsabilizado?

- a) Apenas por danos decorrentes de uso normal dos materiais.
- b) Por qualquer tipo de dano, inclusive desgaste natural.
- c) Por faltas, danos, avarias e outros prejuízos que sofrerem os bens e materiais sob sua guarda.
- d) Somente por prejuízos causados intencionalmente.
- e) Por prejuízos que ocorram fora do horário de trabalho.

36. Helena, uma servidora do departamento financeiro, encontrou-se numa situação complicada após não atender a uma requisição importante para a defesa da Fazenda Pública. Ela estava incerta sobre as consequências de sua ação e procurou a orientação de seu supervisor, que lhe explicou as regras disciplinares aplicáveis.

Helena foi informada pelo seu supervisor sobre as consequências de não atender a uma requisição para defesa da Fazenda Pública. De acordo com as normas disciplinares, qual é a penalidade aplicável para tal infração?

- a) Advertência verbal.
- b) Suspensão de até 5 dias.
- c) Suspensão de até 10 dias.
- d) Demissão do serviço público.
- e) Multa administrativa.

37. Clara está preparando um relatório sobre a distribuição de recursos e precisa entender como os índices são calculados. De acordo com a regra, quantos pontos são adicionados ao índice de um município por cada dezena de feitos judiciais, assumindo que o município tenha um movimento forense anual mínimo de 150 feitos judiciais?

- a) 10 pontos
- b) 15 pontos
- c) 25 pontos
- d) 30 pontos.
- e) 50 pontos

38. Lucas quer saber qual ato do Corregedor-Geral da Justiça é especificamente usado para transmitir determinações internas sobre como conduzir os serviços dentro do tribunal. Com base no código de normas, qual ato ele deve se referir?

- a) Provimento
- b) Orientação
- c) Portaria
- d) Circular
- e) Ordem de serviço

39. Ricardo, um recém-nomeado juiz auxiliar no Tribunal de Justiça, estava ansioso por participar de sua primeira eleição para a direção do Tribunal. Ele sabia que era importante entender o processo eleitoral e os cargos disponíveis para votação. Durante um café com colegas mais experientes, ele pediu que explicassem os detalhes da eleição e os diferentes cargos para os quais os membros do Tribunal seriam votados.

Em sua primeira participação na eleição do Tribunal de Justiça, Ricardo quer saber quais cargos serão eleitos. Segundo o Regimento Interno, quais cargos são eleitos pelos membros do Tribunal na eleição dos anos ímpares na primeira semana de dezembro?

- a) Presidente, 1o vice-presidente, corregedor-geral da Justiça, 2o vice-presidente, 3o vice-presidente, e corregedor-geral do foro extrajudicial.
- b) Presidente, secretário-geral, tesoureiro, e juiz disciplinar.
- c) Presidente, 1o vice-presidente, 2o vice-presidente, 3o vice-presidente, e 4o vice-presidente.
- d) Corregedor-geral da Justiça, corregedor-geral do foro extrajudicial, e juízes de primeira instância.
- e) Presidente, corregedor-geral da Justiça, diretores de divisão, e conselheiros.

40. Luís está se preparando para explicar o processo de eleição para a Comissão de Ética e Conduta. Conforme o Código de Ética, como são eleitos os membros da Comissão?

- a) Os membros são escolhidos por nomeação direta do presidente do Tribunal.
- b) Os membros são indicados pelo corregedor-geral da Justiça e confirmados pelo Órgão Especial.
- c) Os membros são eleitos pelo voto direto dos servidores do Poder Judiciário, com mandato de dois anos.
- d) Os membros são selecionados pelo voto indireto, através de representantes dos servidores.
- e) Os membros são determinados por um sorteio entre os servidores efetivos e estáveis.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

ADMINISTRAÇÃO

Stefan Fantini

41. O processo organizacional é composto por quatro Funções Administrativas, função planejamento, organização, direção e controle. Pode-se dizer que a função planejamento envolve, dentre outras, a seguinte ação:

- a) Dividir o trabalho e atribuir as responsabilidades.
- b) Estabelecer os objetivos e definir os meios (traçar as estratégias) para alcançá-los.
- c) Estabelecer os meios e recursos necessários para alcançar o objetivo proposto pelo planejamento.
- d) Conduzir os trabalhos para que seja colocado em prática tudo aquilo que foi organizado e planejado.
- e) Monitorar as atividades e fazer as correções necessárias.

42. O planejamento realizado pelo nível institucional, que envolve a organização como um todo, e tem foco no longo prazo é o

- a) planejamento estratégico
- b) planejamento tático
- c) planejamento operacional
- d) planejamento intermediário
- e) planejamento gerencial

43. O fragmento a seguir foi extraído do site institucional do TJ-SC:

“Promover a solução de conflitos com efetividade.”

Esse fragmento representa

- a) a visão do TJ-SC.
- b) a missão do TJ-SC.
- c) o negócio do TJ-SC.
- d) a estratégia do TJ-SC.
- e) os valores do TJ-SC.

44. Suponha que determinado Tribunal de Justiça tenha julgado, em 2022, 1.000 processos, com um dispêndio total de 1.000.000 reais e, em 2023, tenha julgado 1.200 processos, com um dispêndio total de 1.200.000 reais.

Pode-se dizer que, de 2022 para 2023, o referido Tribunal de Justiça foi:

- a) mais eficiente
- b) menos eficiente
- c) menos eficaz
- d) mais eficaz
- e) igualmente eficaz

45. O líder, através de uma comunicação efetiva, apresenta o poder de influenciar pessoas a atingirem objetivos que estão além de seus próprios interesses. Com o objetivo de explicar o funcionamento do processo da liderança surgiram algumas teorias da liderança, dentre elas a Teoria de Estilos de Liderança conhecida como “Os Três de White e Lippitt”. Para essa Teoria, existem três diferentes estilos de liderança. O estilo de liderança em que o líder centraliza toda a tomada de decisões, é dominador, impõe suas ordens e não há qualquer tipo de delegação aos liderados é conhecido como

- a) Liderança Democrática
- b) Liderança Cesarista
- c) Liderança Pactuada
- d) Liderança Liberal
- e) Liderança Autocrática

46. Conforme a teoria de Maslow, as necessidades de autorrealização estão relacionadas à realização potencial do indivíduo e, por isso, encontram-se:

- a) na base da pirâmide de Maslow
- b) no meio da pirâmide de Maslow
- c) abaixo das necessidades sociais
- d) no topo da pirâmide de Maslow
- e) logo após as necessidades fisiológicas

47. O ciclo PDCA é uma ferramenta que tem foco na melhoria contínua e possui 04 etapas. Nesse ciclo, a verificação dos resultados daquilo que foi executado ocorre na etapa

- a) P (Plan)
- b) C (Check)
- c) A (Act)
- d) D (Do)
- e) S (Study)

GESTÃO DE ESTOQUE E MATERIAIS

Ricardo Campanário

48. Sobre as vantagens competitivas que uma empresa obtém com uma administração de materiais bem organizada, analise os itens a seguir.

- I. Redução de custos.
- II. Redução do volume de investimentos em estoques.
- III. Melhores condições de compra por meio de negociações com os fornecedores.
- IV. Obsolescência de materiais em estoque ao longo do tempo

Assinale:

- a) se apenas os itens I e II estiverem corretos.
- b) se apenas os itens II e III estiverem corretos.
- c) se apenas os itens I, II e III estiverem corretos.
- d) se apenas os itens II, III e IV estiverem corretos.
- e) se todos os itens estiverem corretos.

49. Um posto de saúde precisa ter uma forma de gerenciar seus estoques de medicamentos, para atender melhor seus cidadãos. Em relação à gestão de estoques, é correto afirmar que:

- a) o estoque de segurança ou isolador é indicado quando houver alta previsibilidade entre oferta e demanda do material estocado;
- b) o estoque de ciclo ocorre quando um ou mais estágios na operação conseguem fornecer simultaneamente todos os itens necessários;
- c) o estoque é criado para aumentar as diferenças de ritmo entre demanda e fornecimento.
- d) o estoque no canal de distribuição ocorre quando a matéria-prima chega à fábrica por meio de dutos;
- e) o estoque de antecipação é o mais comumente usado quando as flutuações de demanda são significativas, mas relativamente previsíveis;

50. Uma organização adota sistema de reposição contínua para o estoque de resmas de papel. O montante anual despendido com o material permite que as aquisições sejam efetuadas por compra direta, e o custo de pedido é de R\$ 150,00. O consumo mensal de resmas é, em média, de 1200 unidades, o estoque de segurança é de 500 unidades e o tempo de ressuprimento é de dez dias corridos. Na situação descrita, o ponto de pedido é (considere que um mês tem 30 dias):

- a) 400 unidades;
- b) 600 unidades;
- c) 650 unidades;
- d) 700 unidades;
- e) 900 unidades.

51. O quadro abaixo representa a planilha de movimentação de estoque de uma determinada empresa.

Semana	Demanda	Entradas	Saldo
1	2000		3000
2	1000		2000
3	1000		1000
4	1000		
5	2000	5000	3000

Qual a cobertura do primeiro mês?

- a) 1,0
- b) 1,2
- c) 0,83
- d) 0,75
- e) 1,25

52. A classificação de materiais que coloca os itens num rol decrescente de grandeza, partindo-se dos itens mais importantes para os de menor importância chama-se

- a) curva do sistema de máximos – mínimos.
- b) sistema integrado de logística.
- c) curva de consumo de material na produção.
- d) curva ABC ou curva de Pareto.
- e) sistema de duas gavetas

53. O método da Curva ABC é uma ferramenta que permite organizar os itens de material em estoque em quantidade e valor de demanda. A relação correta, de cima pra baixo, entre a coluna da esquerda e a coluna da direita (com percentuais aproximados) é:

- A - CLASSE A
- B - CLASSE B
- C - CLASSE C
- () 80% do valor de demanda
- () 50% do estoque
- () 20% do estoque
- () 15% do valor de demanda
- () 30% do estoque
- () 5% do valor de demanda
- a) A-A-C-B-B-C;
- b) A-B-C-B-A-C;
- c) B-A-C-C-B-A;
- d) A-C-A-B-B-C;
- e) C-B-A-A-C-B.

54. O termo Verticalização é utilizado na administração de materiais e significa:

- a) a posição que a área de materiais tem na hierarquia da organização.
- b) a possibilidade que a empresa tem, junto a terceiros e fornecedores, de alterar as especificações dos materiais de que necessita para produção ou consumo interno.
- c) a possibilidade que a empresa tem, junto a terceiros e fornecedores, de identificar o padrão de qualidade dos materiais de que necessita para produção ou consumo interno e de exigir um padrão de qualidade superior.
- d) a estratégia que prevê que a empresa produzirá internamente tudo o que puder ou, ao menos, tentará produzir, para uso nos produtos finais.
- e) a estratégia que prevê a compra do maior número de itens que necessita para o produto final ou de material de uso ou consumo de um mesmo fornecedor.

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Rodrigo Rennó

55. Qual das seguintes opções melhor descreve a transição do modelo burocrático para o modelo de gestão pública gerencial na evolução da administração pública?

- a) A transição enfatizou ainda mais a formalização e a rigidez das estruturas hierárquicas existentes.
- b) Não houve mudanças significativas na relação entre servidores públicos e cidadãos, mantendo-se a distância e formalidade.
- c) O modelo gerencial eliminou completamente as práticas e estruturas burocráticas anteriores, focando exclusivamente em resultados.
- d) A transição incluiu a introdução de práticas de gestão baseadas em desempenho, eficiência e foco no cidadão, com a simplificação de processos.
- e) O modelo gerencial reintroduziu conceitos do patrimonialismo, com maior ênfase na propriedade estatal dos recursos.

56. Qual das seguintes afirmações melhor descreve o conceito de Gestão por Resultados na administração pública?

- a) Foca exclusivamente na redução de custos operacionais, sem considerar a qualidade dos serviços prestados.
- b) Prioriza processos administrativos rígidos para garantir a conformidade e a previsibilidade na prestação de serviços.
- c) Enfatiza a importância de resultados tangíveis e mensuráveis, visando melhorar a eficácia e a eficiência dos serviços públicos.
- d) Concentra-se principalmente no aumento do número de funcionários para expandir a capacidade operacional do governo.
- e) Propõe a eliminação completa de indicadores de desempenho para aumentar a autonomia dos servidores públicos.

57. Como a transparência e a accountability contribuem para a melhoria da administração pública?

- a) Limitando o acesso público a informações sobre a gestão, para proteger a integridade operacional do governo.
- b) Incentivando práticas de governança que permitem apenas a revisão interna dos processos e decisões governamentais.
- c) Aumentando a confiança do público na gestão pública, por meio da disponibilização aberta de informações e responsabilização dos gestores.
- d) Focando exclusivamente na divulgação de informações financeiras, sem abranger outros aspectos da gestão pública.
- e) Permitindo que os funcionários públicos determinem autonomamente o nível de informação que deve ser compartilhado com o público.

58. Como a governança e a governabilidade são essenciais para a administração pública eficaz?

- a) A governança é importante apenas no contexto de organizações não governamentais, enquanto a governabilidade se aplica exclusivamente ao setor público.
- b) Governança se refere à implementação de políticas sem a participação da sociedade, enquanto governabilidade é a capacidade do governo de resistir a pressões externas.
- c) Governança e governabilidade se concentram em aumentar a centralização do poder, reduzindo a transparência e a participação pública nas decisões.
- d) Governança envolve a boa condução de políticas públicas e práticas administrativas que incluem participação, transparência e eficiência, enquanto governabilidade é a capacidade do Estado de articular e ter apoio político.
- e) Governabilidade é a habilidade de um governo de operar independentemente de qualquer forma de accountability ou supervisão, sendo a governança seu suporte jurídico.

59. Qual das seguintes opções melhor descreve o conceito de corporativismo no contexto político e social?

- a) Corporativismo é uma estrutura política que enfatiza a governança autoritária e o controle centralizado, sem a participação de grupos de interesse.
- b) É uma abordagem econômica que promove a total separação entre o governo e as corporações, garantindo que não haja influência mútua.
- c) Corporativismo refere-se a um sistema de representação de interesses em que o estado reconhece ou cria organizações representativas de grupos de interesse, como sindicatos ou associações empresariais, para regular ou mediar suas interações.
- d) Representa uma estratégia política que foca exclusivamente no crescimento econômico, com pouco ou nenhum foco nas demandas sociais ou políticas.
- e) Corporativismo é um conceito que apoia a desregulamentação completa da economia, promovendo a livre competição sem qualquer intervenção estatal.

60. Qual das seguintes afirmações melhor descreve a importância das políticas públicas no contexto da administração governamental?

- a) Políticas públicas são decisões governamentais que focam unicamente no desenvolvimento econômico, ignorando questões sociais e ambientais.
- b) São medidas temporárias adotadas pelo governo, sem qualquer base legal ou regulamentação formal.
- c) Políticas públicas são desenvolvidas sem a participação da sociedade civil e focam somente nas prioridades do governo central.
- d) Envolve exclusivamente a implementação de regulamentações severas para controlar a atividade econômica privada, sem promoção de programas sociais.
- e) Políticas públicas referem-se a decisões estratégicas e ações realizadas pelo governo para atender às necessidades sociais, econômicas e ambientais, orientadas por objetivos claros e evidências

61. De acordo com a classificação de Lowi das políticas públicas, como as diferentes categorias de políticas influenciam a dinâmica política e a tomada de decisões? Selecione a opção que corretamente descreve essa classificação.

- a) As políticas são categorizadas como regulatórias, distributivas, redistributivas e constitutivas, cada uma afetando a política e a tomada de decisões de maneira única.
- b) Lowi classifica todas as políticas públicas como constitutivas, focando na criação de estruturas e procedimentos governamentais.
- c) As políticas são divididas apenas em distributivas e regulatórias, ignorando os efeitos redistributivos e constitutivos.
- d) As políticas são classificadas com base em sua popularidade entre os cidadãos, como altamente populares, moderadamente populares e impopulares.

e) A classificação de Lowi é baseada exclusivamente nos impactos econômicos das políticas, como expansivas ou contracionistas.

ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Leandro Ravyelle

62. O Orçamento Público é basicamente o instrumento por meio do qual o Governo extrai recursos da sociedade e os injeta em áreas selecionadas. Esse processo redistributivo não é neutro do ponto de vista da eficiência econômica e da trajetória de desenvolvimento de longo prazo. Tanto os incentivos microeconômicos e setoriais quanto as variáveis macroeconômicas relativas ao nível de inflação, endividamento e emprego na economia são diretamente afetados pela gestão orçamentária. Em relação à natureza do orçamento, assinale a alternativa incorreta.

- a) a natureza política trata o Orçamento como resultado do processo de avaliação de demandas e de escolhas entre alternativas.
- b) a natureza econômica é elencada quando destacadas as questões fiscais – receitas, despesas, déficits e dívidas.
- c) a natureza jurídica elenca o Orçamento como lei que estima a receita e autoriza tetos de despesa.
- d) a concepção financeira trata o Orçamento como o plano das realizações da administração pública, ou seja, é enfatizar o seu importante papel como instrumento de gestão.
- e) a natureza contábil, quando, por meio das contas, antecipa o resultado patrimonial e global da gestão.

63. O orçamento público é o ato pelo qual o Poder Executivo prevê e o Poder Legislativo autoriza, por certo período de tempo, a execução das despesas destinadas ao funcionamento dos serviços públicos e outros fins adotados pela política econômica ou geral do País, assim como a arrecadação das receitas já criadas em lei. Acerca dos entendimentos recentes e jurisprudenciais em matéria orçamentária, assinale a alternativa correta.

- a) de acordo com o modelo de integração entre planejamento e orçamento, o orçamento anual constitui-se em instrumento, de médio prazo, que operacionaliza os programas setoriais e regionais de longo prazo.
- b) o orçamento constitui ser uma mera peça orçamentária e tornou-se um poderoso instrumento de intervenção na economia e na sociedade.
- c) sob o fundamento de que as leis orçamentárias se revelam como atos normativos de efeitos meramente concretos, sendo lei apenas em sentido formal, entende-se serem incabíveis as ações de controle concentrado que impugnavam este tipo de lei.
- d) defende-se amplamente a possibilidade de que leis orçamentárias sejam objeto da fiscalização abstrata de constitucionalidade, quando houver, em suas impugnações, questão constitucional suscitada em abstrato, independentemente de seu caráter geral e abstrato, ou específico e concreto.
- e) apesar dos avanços, STF admite o controle de constitucionalidade de lei, independente de ser apenas lei em sentido formal, mas somente em sede de controle difuso.

64. A administração pública federal tem o dever de executar as programações orçamentárias, por intermédio dos meios e das medidas necessários, com o propósito de garantir a efetiva entrega de bens e serviços à sociedade. Em relação ao atual entendimento acerca da impositividade do orçamento, assinale a alternativa incorreta.

- a) a execução do orçamento subordina-se ao cumprimento de dispositivos constitucionais e legais que estabeleçam metas fiscais ou limites de despesas e não impede o cancelamento necessário à abertura de créditos adicionais;
- b) Não há muito sentido em se falar de orçamento impositivo sem mudar a responsabilidade pela programação. Um Congresso que não faz a programação não tende a ter muito interesse em obrigar que ela seja integralmente cumprida. Com efeito, adotar o orçamento impositivo implica, essencialmente, transferir a maior responsabilidade de programar o orçamento para o Congresso.
- c) No caso do Brasil, há uma corrente doutrinária que defende que já se adota o orçamento impositivo em virtude as alterações promovidas na CF/1988 em relação as emendas individuais e coletivas estaduais.
- d) O orçamento mandatário implica a mudança sobre quem decide a programação, passando o eixo de decisão para o Parlamento.
- e) o caráter híbrido de orçamento impositivo e autorizativo da LOA se explica, primeiramente, em razão da parcela cada vez menor de despesas obrigatórias contingenciáveis previstas na Constituição e nas leis.

65. A despesa pública corresponde a "despender recursos". É com a execução das despesas públicas que os programas e ações de Governo são realizados e as necessidades da população são atendidas. Segundo Paludo, em termos de importância e aspectos legais, a despesa pública demanda mais interesse que a receita pública. Acerca da despesa pública, assinale a alternativa correta

- a) em sentido estrito, é o conjunto de dispêndios realizados pelos entes públicos para o funcionamento e manutenção dos serviços públicos prestados à sociedade (despesas orçamentárias e extraorçamentárias).
- b) o termo Dispêndio/Gasto/Despesa Pública compreende toda e qualquer despesa realizada: orçamentária, extraorçamentária ou intraorçamentária.
- c) em sentido amplo, receita pública é o fluxo que deriva da utilização de crédito consignado no orçamento da entidade, podendo ou não diminuir a situação líquida patrimonial. As despesas devem ser necessariamente autorizadas, enquanto, para as receitas, basta apenas a estimativa. As despesas não podem ultrapassar o valor autorizado, salvo mediante crédito adicional, mas as receitas podem.
- d) nenhum programa ou projeto pode ser iniciado se não estiver incluído na LOA e na LDO.
- e) nem toda despesa pública deve necessariamente constar no orçamento anual (ou em Créditos Adicionais) para receber a competente autorização legislativa que permita a sua execução.

66. Acerca das classificações orçamentárias, assinale a alternativa correta.

- a) despesa não efetiva é aquela que, no momento de sua realização, reduz a situação líquida patrimonial da entidade. Constitui fato contábil modificativo diminutivo.
- b) despesa efetiva é aquela que, no momento da sua realização, não reduz a situação líquida patrimonial da entidade, sendo, assim, constitui fato contábil permutativo.
- c) Em geral, a despesa orçamentária efetiva é despesa de capital.
- d) pode haver despesa de capital não efetiva como, por exemplo, a despesa com a aquisição de materiais para estoque.
- e) há despesa de capital que é efetiva como, por exemplo, as transferências de capital, que causam variação patrimonial diminutiva e, por isso, classificam-se como despesa efetiva.

67. A Secretaria do Tesouro Nacional (STN) inseriu na contabilidade pública critérios contábeis aplicados no âmbito das empresas privadas. Ela divide o reconhecimento da despesa quanto ao enfoque patrimonial e quanto ao enfoque orçamentário. Quanto ao enfoque patrimonial, fundamenta-se nos princípios da oportunidade e da competência, e afirma que as despesas devem ser reconhecidas no momento da ocorrência do fato gerador, independentemente de pagamento. Acerca dessa abordagem do gasto público, assinale a alternativa incorreta.

- a) nos casos em que estejam pendentes as fases de execução da despesa orçamentária, tendo ocorrido o fato gerador, não se deve proceder ao reconhecimento da despesa por competência.
- b) o reconhecimento da despesa orçamentária coincide com a apropriação da despesa pelo enfoque patrimonial, visto que ocorrerá uma redução na situação líquida patrimonial.
- c) existem situações em que o momento da liquidação da despesa orçamentária não coincide com o fato gerador.
- d) na maioria das vezes o momento do fato gerador coincide com a liquidação da despesa orçamentária, por exemplo, na entrega de bens de consumo imediato ou de serviços contratados, que constituem despesas efetivas.
- e) mesmo pendente de autorização legislativa, deve haver o reconhecimento de obrigação pelo enfoque patrimonial no momento do fato gerador, observando-se o regime de competência e da oportunidade, conforme estabelece a Resolução do Conselho Federal de Contabilidade, que trata dos Princípios Fundamentais de Contabilidade.

68. Em relação aos créditos orçamentários, assinale a alternativa correta.

- a) Entende-se que o reforço de um crédito especial ou de um crédito extraordinário deve dar-se por um reforço, isto é, um crédito suplementar.
- b) Cada projeto de lei e a respectiva lei de créditos adicionais deverão restringir-se a uma única espécie de crédito.
- c) Os créditos extraordinários podem criar novas dotações (como os especiais), pois o que os define é a imprevisibilidade e a urgência, entretanto, não podem reforçar dotações orçamentárias (como os suplementares).
- d) Todas as espécies de créditos seguem o princípio da quantificação dos créditos orçamentários, o qual determina que todo crédito na LOA seja autorizado com uma respectiva dotação, à exceção dos extraordinários decorrentes de calamidade pública reconhecida pelo Congresso Nacional.
- e) As alterações orçamentárias são estritamente qualitativas.

TRANSPARÊNCIA NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Antônio Daud

69. Segundo prevê a Lei de Acesso à Informação, é correto afirmar que o acesso à informação compreende, entre outros, os direitos de obter, EXCETO:

- a) informação pertinente à administração do patrimônio público.
- b) informação contida em registros, produzidos ou acumulados por órgãos públicos, recolhidos ou não a arquivos públicos.
- c) informação sobre atividades exercidas pelos órgãos, inclusive as relativas à sua política, organização e serviços.
- d) informação custodiada por pessoa física ou entidade privada decorrente de qualquer vínculo com seus órgãos ou entidades, mesmo que esse vínculo já tenha cessado.
- e) informação íntegra, disponível, autêntica, terciária e atualizada.

70. Assinale a alternativa que contém uma definição INCORRETA, de acordo com os conceitos apresentados pela Lei de Acesso à informação:

- a) Disponibilidade é a qualidade da informação que pode ser conhecida e utilizada por indivíduos, equipamentos ou sistemas autorizados.
- b) Documento é a unidade de registro de informações, qualquer que seja o suporte ou formato.
- c) Informação são dados, processados ou não, que podem ser utilizados para produção e transmissão de conhecimento.
- d) informação pessoal é aquela relacionada à pessoa identificada ou identificável, física ou jurídica.
- e) Primariedade é a qualidade da informação coletada na fonte, sem modificações.

71. Considerando o disposto na Lei de Acesso à Informação, é correto afirmar que:

- a) é de trinta e cinco anos o prazo máximo de restrição de acesso a informações classificadas como ultrassecretas.
- b) Poderá ser negado acesso à informação necessária à tutela administrativa de direitos fundamentais, mas não à tutela judicial.
- c) as informações de interesse público devem ser divulgadas, desde que existente a respectiva solicitação por legitimado ativo.
- d) os pedidos de acesso à informação de interesse público obedecem ao princípio da motivação, sob pena de não serem recebidos.
- e) a negativa de acesso a informação requerida deve ser motivada pelo agente público competente.

72. Assinale, abaixo, a alternativa que menciona situação na qual NÃO se aplica a Lei 12.527/2011:

- a) entidades controladas direta ou indiretamente pelo Estado de Santa Catarina.
- b) Tribunais de Contas.
- c) municípios com até 10.000 habitantes.
- d) empresas públicas exploradoras de atividade econômica.
- e) todas as entidades privadas sem fins lucrativos.

73. São consideradas informações imprescindíveis à segurança da sociedade ou do Estado que admitem classificação:

- a) aquelas relacionadas à defesa de direitos humanos.
- b) aquelas capazes de pôr em risco a segurança de instituições ou de altas autoridades nacionais ou estrangeiras e seus familiares.
- c) as informações relacionadas à realização de estatísticas e pesquisas científicas de evidente interesse público ou geral.
- d) aquelas relacionadas ao cumprimento de ordem judicial.
- e) as informações necessárias à proteção do interesse público e geral preponderante.

74. Considerando as regras sobre transparência na gestão fiscal estabelecidas pela LC 131/2009, é correto afirmar que a transparência será assegurada também mediante:

- a) incentivo à participação popular durante os processos de elaboração e discussão dos planos, lei de diretrizes orçamentárias e orçamentos.
- b) liberação ao conhecimento e acompanhamento da sociedade de informações resumidas sobre a execução orçamentária e financeira, em meios físicos de acesso público, a serem impressos anualmente.
- c) adoção de sistema integrado de administração orçamentária e patrimonial, que atenda a padrão mínimo de qualidade estabelecido pelo Poder Executivo da União.
- d) realização de consultas públicas durante os processos de elaboração e discussão dos planos, lei de diretrizes orçamentárias e orçamentos.
- e) relatório estatístico contendo a quantidade de pedidos de informação recebidos, atendidos e indeferidos, bem como informações pessoais sobre os solicitantes.

LEGISLAÇÃO

Herbert Almeida

75. A Lei nº 14.133/2021 prevê que a licitação será conduzida por agente de contratação. Acerca desse tema, assinale a alternativa correta:

- a) o agente de contratação é responsável exclusivo pela condução da licitação e não pode ser substituído por comissão de contratação em virtude do princípio da segregação de funções.
- b) o agente de contratação responde individualmente pelos atos que praticar durante a licitação, sendo isento de responsabilidade quando agir sob orientação da equipe de apoio.
- c) nas licitações que envolvem bens ou serviços especiais, o agente de contratação pode ser substituído por comissão de contratação composta por, no mínimo, três membros, que respondem solidariamente por todos os atos praticados pela comissão.
- d) a equipe de apoio ao agente de contratação não tem responsabilidade pelos atos praticados durante a licitação, sendo essa responsabilidade exclusiva do agente de contratação.
- e) os membros da comissão de contratação do diálogo competitivo serão escolhidos, preferencialmente, entre os servidores efetivos ou empregados públicos pertencentes aos quadros permanentes da Administração.

76. O município Alfa pretende realizar uma licitação para a aquisição de equipamentos de informática para as escolas municipais. Conforme as diretrizes estabelecidas na Lei de Licitações, o município está considerando a possibilidade de estabelecer uma margem de preferência para bens manufaturados nacionais e serviços originários de Estados Partes do Mercado Comum do Sul (Mercosul). Adicionalmente, o município também deseja conhecer regras especiais sobre medidas de compensação e restrição da participação em processos licitatórios.

Considerando essa situação hipotética, analise as seguintes assertivas:

- I. A margem de preferência para bens manufaturados nacionais poderá ser estabelecida em até 10% sobre o preço dos bens e serviços que não se enquadrem nos critérios de preferência estabelecidos na legislação.
- II. Caso a capacidade de produção dos bens manufaturados nacionais seja inferior à quantidade a ser adquirida, a margem de preferência não será aplicável.
- III. Os editais de licitação poderão exigir medidas de compensação comercial, industrial ou tecnológica, desde que haja prévia justificativa da autoridade competente.
- IV. Nos casos de contratações destinadas à implantação, manutenção e aperfeiçoamento de sistemas de tecnologia de informação e comunicação estratégicos, a licitação poderá ser restrita a bens e serviços com tecnologia desenvolvida no país.

Com base nas disposições da Lei de Licitações (Lei nº 14.133/2021), assinale a alternativa correta:

- a) Apenas as assertivas I e II estão corretas.
- b) Apenas as assertivas II e III estão corretas.
- c) Apenas as assertivas III e IV estão corretas.
- d) Todas as assertivas estão corretas.
- e) Nenhuma das assertivas está correta.

77. A Prefeitura do Município Gama está buscando otimizar seus processos administrativos e considera delegar ou avocar algumas atribuições a uma autarquia municipal. Diante dessa situação, o prefeito e sua equipe decidiram analisar as atribuições que podem ou não ser objeto de delegação ou avocação. Considere ainda que a legislação de processo administrativo do Município Gama possui as mesmas disposições acerca de delegação e avocação que a Lei Federal nº 9.784/1999.

Considerando essa situação hipotética, assinale a opção correta:

- a) não é possível a delegação de competências no âmbito dos processos administrativos.
- b) a delegação de competências pode ser feita ainda que não haja relação hierárquica entre os órgãos envolvidos.
- c) a avocação definitiva poderá ser feita mediante expressa autorização da autoridade máxima do órgão ou entidade.
- d) o ato de delegação não precisa mencionar o prazo de sua duração, desde contenha ressalva de exercício da atribuição delegada.
- e) as matérias de competência exclusiva do órgão ou autoridade podem ser objeto de delegação.

78. Jorge é autoridade administrativa e recebeu processo administrativo devidamente instruído, mas pendente de sua decisão. Contudo, o interessado levantou a possibilidade de suspeição de servidores envolvidos na instrução processual.

Considerando as disposições da Lei nº 9.784/1999, configura hipótese de suspeição de autoridade ou servidor:

- a) ter interesse direto ou indireto na matéria;
- b) ter participado ou venha a participar como perito no processo;
- c) estar litigando judicial ou administrativamente com o interessado ou respectivo cônjuge ou companheiro.
- d) ter participado como testemunha no processo.
- e) ter inimidade notória com algum dos interessados.

79. João, cidadão, tomou conhecimento de supostas irregularidades na contratação de uma empresa para fornecimento de materiais de escritório pelo governo do Estado Delta. Diante disso, João decidiu representar à autoridade administrativa competente para que fosse instaurada investigação destinada a apurar a prática de ato de improbidade. Considerando essa situação hipotética e as disposições da Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992), assinale a alternativa correta:

- a) a representação poderá ser realizada apenas por pessoa jurídica, não sendo permitida a representação por pessoa física.
- b) a representação deverá ser realizada exclusivamente por meio de procurador devidamente constituído, sendo vedada a representação direta pelo interessado.
- c) a autoridade administrativa rejeitará, em despacho fundamentado, a representação quando esta não contiver as formalidades estabelecidas em lei.
- d) caso a representação seja rejeitada pela autoridade administrativa, não será possível

apresentar a mesma representação ao Ministério Público.

- e) é desnecessária a comunicação ao Ministério Público, pela comissão processante, da existência de procedimento administrativo para apurar a prática de ato de improbidade.

80. Acerca da prescrição nas ações de improbidade administrativa, nos termos da Lei nº 8.429/1992 – Lei de Improbidade Administrativa (LIA), assinale a alternativa correta:

- a) a ação para a aplicação das sanções previstas na LIA prescreve em oito anos, contados a partir da ocorrência do fato ou, no caso de infrações permanentes, do dia em que cessou a permanência.
- b) a instauração de inquérito civil ou de processo administrativo para apuração dos ilícitos referidos na LIA interrompe o curso do prazo prescricional.
- c) o processo ficará suspenso por no máximo noventa dias corridos, quando houver a instauração de inquérito civil para apuração dos ilícitos referidos na LIA.
- d) o prazo de prescrição não será interrompido quando do ajuizamento da ação de improbidade administrativa.
- e) interrompida a prescrição, o prazo recomeça a correr do dia da interrupção, pelo dobro do prazo.

O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

*Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.
Sua opinião é muito importante para nós!*

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://estrategi.ac/assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<http://estrategi.ac/ok1zt0>
